



DCI - 15 Mar 2004

Excesso de intervenção inibe investimentos

O novo modelo elétrico, já aprovado e esperando apenas sanção do presidente Lula, ainda não é suficiente para atrair novos investimentos em energia. Na avaliação de Claudio Sales, presidente da Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), ainda falta preencher lacunas na regulação para dar segurança ao investidor privado.

É o caso da Tractebel Energia S.A., maior gerador privado de energia do País. A empresa não pretende investir em novas usinas neste ano, mesmo tendo obtido lucros de R\$ 517,2 milhões em 2003. De acordo com Marc Verstraete, diretor-financeiro da companhia, o plano é investir apenas na manutenção das 13 usinas elétricas atuais.

A empresa iniciou a operação de suas últimas usinas em 2002. Desde então, Verstraete afirma que tem reduzido custos para garantir o resultado positivo.

Entre as lacunas do novo modelo, Sales destaca a ausência de mecanismos para transferência do preço praticado pelo pool de usinas à tarifa dos distribuidores. Sales acredita que medidas como esta deverão sair apenas em regulações posteriores.

Para Antonio Correa de Lacerda, diretor de economia da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), além das lacunas, o modelo tem o defeito de ser intervencionista em excesso, diminuindo o espaço de participação do setor privado nas decisões. É o caso do planejamento de longo prazo, concentrado na Empresa de Planejamento Estratégico (EPE), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Na avaliação de Lacerda, o setor precisa de R\$ 20 bilhões de investimentos por ano, para atender às necessidades do País. Em sua estimativa, o Brasil tem disponíveis nos diversos fundos de investimento cerca de R\$ 500 bilhões por ano, que só não vão para a infra-estrutura devido ao alto risco gerado pela falta de regulação.

Sales afirma que sente disposição da ministra para o diálogo e novas concessões para o setor. Por isso, as lacunas regulatórias existentes no novo modelo deverão ser solucionadas em pouco tempo pelo governo.

Cobre atrapalha

Segundo Luiz Francisco Colombo, gerente de projetos da Themag Engenharia, que realiza laudos e análises técnicas nas áreas de geração e transmissão de energia, a alta nos preços de insumos, em especial do cobre, causa impacto direto nos custos dos projetos. No caso do cobre, que dobrou o preço em relação ao início de 2003, o impacto maior se dá no setor de geração de energia. "Os fabricantes de equipamentos pesados, como a Alstom e a Ase Brown Boveri (ABB), sofrem impacto direto em seus custos", afirma. Segundo ele, os rotores, transformadores e outros equipamentos possuem grande quantidade de cobre em sua composição. Colombo diz que a substituição desse insumo é possível, porém acarreta uma perda de rendimento que pode causar um prejuízo ainda maior durante a fase de amortização do projeto.

Quanto às linhas de transmissão, o engenheiro diz que o impacto do cobre é praticamente inexistente. Ele afirma que o metal que é fundamental nos custos desse segmento é o alumínio, que embora também tenha sofrido alta nos preços internacionais, não acompanhou a disparada do cobre.

Segundo Colombo, a Themag registrou um aumento no número de consultas no início deste ano, mas ainda não há sinalização concreta de novos investimentos. Ele afirma que são esperados investimentos privados, de consórcios nacionais e de grupos estrangeiros, como a EDP, mas diz que os investidores ainda não definiram data para realização desses novos projetos. A empresa atualmente toca seis projetos de usinas.

Na avaliação de Lacerda, o preço do cobre atrapalha, mas não é o principal fator de desestímulo ao investimento. Essa pressão de custo pode ser diluída no longo prazo, se houver regra clara para o setor.



Insumos em alta

O ciclo de altas nas matérias-primas como o cobre, o aço e o zinco interferem também nos custos de novos investimentos no setor energético.

A demanda chinesa tem elevado os preços internacionais dos metais e insumos minerais. O cobre é um dos exemplos mais claros dessa influência. De acordo com análise da consultoria Global Invest, a demanda do cobre ultrapassou a produção em mais de 420 mil toneladas no ano passado e a previsão para 2004 é que esse volume exceda em 850 mil toneladas da produção global, elevando ainda mais o preço da commodity. O cobre utilizado pela China, cerca de 800 mil toneladas ao ano, é destinado principalmente ao setor energético. Segundo a consultoria, cerca de 60% do metal naquele país deverão suprir o aumento da capacidade de geração de energia elétrica, para evitar blecautes, que em 2003 ocorreram em 19 das 29 províncias chinesas.

O ritmo de alta na cotação do metal teve início em 2003, quando os estoques medidos pelo London Metal Exchange (LME) atingiram seu nível mais baixo desde agosto de 1998.



Modelo prioriza tarifa baixa

O novo modelo elétrico, estabelecido através de Medidas Provisórias (MP) 144 e 145, tem como princípio disciplinar a compra e venda de energia e estabelecer um planejamento de longo prazo para o setor, com intuito de manter a tarifa no nível mais baixo possível.

A MP 144, que estabelece as regras de compra e venda de energia, substitui o comércio livre entre geradores e distribuidores pelo mecanismo de pool de geradoras para combinar a energia "velha" (cujo investimento já foi amortizado) com a "nova" (de investimento recente). O objetivo é que a tarifa praticada seja uma média entre os dois grupos de usinas.

De acordo com Claudio Sales, presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), a principal concessão do governo foi considerar como usina nova as construídas a partir de 2002(?), como estabelecia o texto original. Em sua avaliação, isto inclui cerca de 1,4 mil megawatts (MW) de energia no mercado.

Quanto às distribuidoras, Sales acredita que faltam garantias de repasse do preço do pool à tarifa final. A MP também estabelece limites para o comércio de energia entre o gerador e o distribuidor de mesmo controlador fora do pool.

A MP 145, por sua vez, cria a Empresa de Planejamento Estratégico (EPE), com o objetivo de estabelecer projeções de longo prazo para o fornecimento de energia. O objetivo é evitar novas surpresas, como a que deu origem ao racionamento de 2001, e programar medidas de segurança antes que se instale a emergência.

As projeções da EPE serão baseadas no monitoramento constante do Operador Nacional do sistema (NOS), que regula o uso da capacidade das usinas, nas licenças concedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e nas perspectivas das empresas.